



---

<https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/os-descompassos/>

## Os descompassos da questão ambiental ou o colapso como horizonte

Wellington Tibério[1]

**RESUMO:** Propõe-se problematizar as dificuldades mundiais em enfrentar os desafios ambientais que se apresentam de forma cada vez mais evidentes. Procurando deslocar-se de entendimentos que reduzem a questão a uma abordagem maniqueísta, desenvolve-se a ideia de que há descompassos entre o modo de vida defendido no plano individual e propagandeado pela lógica do consumo e os ideais de defesa da natureza amplamente apresentados e conhecidos. Vivemos em um modelo econômico baseado na exaustão da natureza e não há nenhuma evidência de que isso será revisto até que se imponha um real colapso ambiental. As tímidas tentativas de escapar a essa rota têm sido de ordem tecnológica, mas a questão fundamental talvez seja de ordem paradigmática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meio ambiente. Colapso ambiental. Consumo. Decrescimento econômico. Sustentabilidade.

---

## The mismatches of the environmental issue or the collapse as a horizon

**ABSTRACT:** It proposes to problematize the global difficulties in facing the environmental challenges that present themselves in an increasingly evident way. Seeking to move away from understandings that reduce the issue to a manichean approach, it develops the idea that there are mismatches between the way of life defended at the individual level and propagandized by the logic of consumption and the ideals of defense of nature widely presented and known. We live in an economic model based on the exhaustion of nature, and there is no evidence that this will be revised until a real environmental collapse is imposed. The timid attempts to escape this path have been technological, but the fundamental issue is perhaps paradigmatic.



---

**KEYWORDS:** Environment. Environmental collapse. Consumption. Economic degrowth. Sustainability

---

## Introdução

Em seu discurso na 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas realizada no Egito, o Secretário Geral da ONU, Antônio Guterres, fez o seguinte alerta: “Estamos na luta de nossas vidas. E estamos perdendo. As emissões de gases de efeito estufa continuam crescendo. As temperaturas globais continuam subindo. E nosso planeta está se aproximando rapidamente de pontos de inflexão que tornarão o caos climático irreversível”. E frisou “estamos em uma estrada no caminho para o inferno climático com o pé no acelerador” (Guterres, 2022).

Essa fala pode soar alarmista, mas há inúmeras evidências ao redor do mundo que confirmam tal prognóstico. É de conhecimento geral a intensificação de fenômenos que aos poucos vão se configurando como tragédias: o aumento das chuvas torrenciais e a ocorrência de enchentes e deslizamentos, a falta de água e a consequente ampliação das situações de seca e dos processos de desertificação, a redução da camada de gelo nos polos e a alarmante elevação do nível dos oceanos, entre uma série de outras situações dramáticas com as quais teremos que lidar de maneira cada vez mais frequente em nossas vidas.

Podemos considerar, portanto, que o avanço dos problemas ambientais e seus efeitos nas condições de vida no planeta são cada vez mais evidentes, bem como as suas origens. É praticamente consensual que o atual sistema de produção e a intensa emissão de gases de efeito estufa é o desencadeador desse processo. Inúmeras pesquisas e análises a respeito da questão apontam para essa mesma procedência. Portanto, parece haver mais certezas do que dúvidas quando se trata de reconhecer o problema e identificar sua origem. No entanto, verificamos que isso não tem sido o bastante para que soluções efetivas sejam encaminhadas na velocidade necessária para revertermos o iminente caos climático antes que ele se torne irreversível.



Apesar de todo conhecimento acumulado, de toda capacidade técnica de que dispomos e de todas as evidências que se apresentam de forma acelerada, é notória a dificuldade planetária em encaminhar soluções para o enfrentamento da questão, sendo a fala do Secretário Geral da ONU citada no início desse texto uma manifestação contundente que expõe a gravidade da situação. Nesse cenário nos cabe refletir sobre essa dificuldade, sobre o que tem impedido ou atrasado as mudanças e avanços que evidentemente se apresentam como necessárias. Geralmente essas dificuldades em enfrentar a questão são compreendidas de forma objetiva e limitada, reduzidas à má vontade de alguns líderes nacionais ou aos interesses econômicos de certo campo produtivo/industrial, mas ao que tudo indica tal compreensão não tem dado conta da complexidade da realidade em que vivemos. Muitas vezes parece que se trata de uma luta dos bons contra os maus, o que não se sustenta diante de uma análise um pouco mais cuidadosa e realista.

O que se pretende desenvolver aqui é a ideia de que o encaminhamento de possíveis soluções para os problemas ambientais mundiais esbarra no que podemos reconhecer como descompassos, que se dão em diversas áreas e escalas, e identifica-los é um passo importante para termos maior clareza sobre os desafios que precisamos enfrentar ou minimamente para não sermos ingênuos ao lidar com os problemas que se apresentam. Certamente há inúmeras dimensões a serem analisadas e consideradas nessa perspectiva, mas o presente texto se propõe a tratar do que é identificado aqui como três descompassos da questão ambiental, os quais podem ser compreendidos como variações de abordagem que se desdobram a partir de uma base comum.

### **Descompasso I**

O primeiro descompasso a ser considerado é: *o reconhecimento de que a atual pressão humana sobre a natureza é insustentável, mas ao mesmo tempo a manutenção de um modo de vida que exige a continuidade dessa pressão.*

Há um certo entendimento de que o padrão de produção e consumo implantado em escala mundial a partir da Revolução Industrial é insustentável. Há um reconhecimento de que o crescimento econômico contínuo exigido pela dinâmica capitalista de produção está diretamente ligado à perda



---

da biodiversidade no planeta. É cada vez mais evidente que o modelo de desenvolvimento baseado na exaustão da natureza está nos levando ao colapso ambiental. Extrações minerais e vegetais como base da produção de matérias primas, exploração intensiva do solo com aplicação de produtos químicos e outros insumos, uso irresponsável da água que a contamina de forma deliberada, a natureza transformada em recurso para atender as necessidades de uma indústria que se configura em um grande monstro de metal e concreto devorador de montanhas e florestas e gerador de resíduos e dejetos que se espalham e contaminam todo o planeta - essa engrenagem funciona para atender as demandas de um mercado consumidor incessantemente estimulado pela produção de necessidades e desejos, tudo isso baseado no investimento e reconhecimento dos indivíduos como peça chave para que a grande roda da economia venha a girar.

Não se trata de reduzir o problema a uma questão a ser abordada no plano estritamente individual, mas de reconhecer os indivíduos como um elo fundamental na grande cadeia de desdobramentos que gera os problemas em escala global. Para que o circuito que impõe a insustentável pressão sobre a natureza se complete é necessário a demanda criada pelo estímulo ao consumo. Em nosso modo de vida urbano-industrial-moderno demandamos de forma intensiva elementos da natureza transformados em produtos, e cabe lembrar que somos muitos.

Em alguns casos verifica-se um certo esboço crítico ao se identificar o que seria considerado um 'consumo excessivo', mas cabe aqui um questionamento do que é realmente definido por esse termo. Muito provavelmente as pessoas em suas dinâmicas cotidianas de reprodução de seu próprio modo de vida não consideram que seu consumo seja excessivo, é compreensível que na leitura dos indivíduos o seu próprio padrão de consumo é o necessário para garantir o conforto que se auto atribuem como uma espécie de direito adquirido. Portanto, a ideia de 'consumo excessivo' é sempre uma avaliação externa aos indivíduos que a anunciam, tratando-se de um juízo de valor que raramente recai sobre o autor do mesmo. Geralmente lemos ou ouvimos que os outros, a sociedade, praticam um 'consumo excessivo', mas não abrimos mão de trocar de carro, de celular ou qualquer outra regalia que consideramos imprescindível para nós e que por isso não a enquadramos nesse mesmo termo. E assim todos nós julgamos os demais, e assim tudo continua como está.



---

As análises críticas mais sérias a respeito dos problemas ambientais e suas possibilidades de enfrentamento apontam para a ideia de que uma sustentabilidade de fato só seria possível por meio de uma mudança do sistema econômico vigente, uma superação do capitalismo e conseqüentemente uma alteração significativa na dinâmica de consumo, alcançando assim uma considerável diminuição da pressão humana sobre a natureza. No entanto, sejamos razoáveis, isso não acontecerá por boa vontade ou benevolência, raríssimos são os que estão dispostos realmente a mudar o seu padrão de consumo e de vida e ainda assim cabe frisar que a mudança de alguns indivíduos infelizmente não muda o sistema.

Nessa mesma linha, outro aspecto importante diz respeito à lógica que dá sustentação ao consumo, a qual nega os princípios éticos sobre a natureza que superficialmente todos defendemos. Por exemplo, muitas vezes nos apresentamos contrários à mineração e todo o dano ambiental e social que essa atividade causa, mas no geral queremos a manutenção de nosso conforto e se possível sua ampliação por meio de novos aparelhos, equipamentos e etc.. Então passamos a considerar a possibilidade de projetos de mineração com os cuidados possíveis a respeito das questões ambientais e sociais, mas aí ocorre o encarecimento dos produtos e, pela lógica do mercado, procuraremos os produtos mais baratos, os quais conseguem essa vantagem competitiva exatamente diminuindo custos ambientais e sociais. Assim entendemos porque grandes marcas se associam a empresas que operam em locais do mundo onde a regulação ambiental e trabalhista é frágil. E isso, quando explicitado, é tratado como um escândalo, mas cabe observar que tal fato ocorre tanto pela lógica de reprodução do capital quanto por uma demanda de nós consumidores que geralmente queremos ou precisamos pagar mais barato. Por isso o comum é não tomarmos conhecimento dos processos que possibilitam uma mercadoria chegar em nossas mãos e nem o que acontecerá com ela depois de seu uso. Nesse caso a ignorância nos preserva de termos que lidar com as contradições que nos constituem e, assim, nos colocamos em defesa da natureza ao mesmo tempo em que damos continuidade ao modelo econômico baseado na exaustão da mesma.

A demanda incessante por novos materiais de uma natureza que é reconhecidamente limitada provavelmente nos conduzirá ao colapso, mas no plano da realização da vida individual, portanto do cotidiano, essa relação é desconectada em decorrência de uma astúcia da lógica econômica que



---

se impõe como necessidade e desejo dos indivíduos. Assim compreendemos que não se trata de uma luta entre bons e maus tão simplesmente, mas sim de uma engrenagem na qual cumprimos um importante papel, uma engrenagem que opera um amplo controle de nossas subjetividades e nos torna operadores do sistema que nos levará ao colapso. De acordo com Ailton Krenak (2020, p. 32) “se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também por consumir subjetividades”.

Há uma poderosa narrativa que nos conforma à busca do conforto individual baseado na ideia de aquisição de novidades tecnológicas incessantemente renovadas, na tentativa de controle total das dinâmicas naturais em nome do bem estar, portanto estamos enredados na teia dos pequenos prazeres que são estimulados e atendidos por uma gigantesca estrutura de transformação que vem impactando as condições de vida no planeta. Ficamos alarmados com as tragédias ambientais, mas não identificamos vínculo disso com a nossa dinâmica de vida. Tratam-se de esferas apartadas que nos tornam ao mesmo tempo defensores da natureza e consumidores felizes.

A sociedade que temos não é a sociedade que dizemos querer, mas é a sociedade que realizamos por meio do nosso modo de vida. Diante dessa realidade complexa e contraditória de manutenção de um modo de vida que exige a continuidade da reconhecidamente insustentável pressão humana sobre a natureza, observamos que estamos a caminho de um colapso ambiental e que esse acontecimento é que de fato será o motor de uma mudança no sistema econômico e na forma de organização social estabelecida atualmente. Ao que tudo indica, o colapso ambiental se apresenta hoje como uma real perspectiva de ruptura com o sistema econômico vigente e, conseqüentemente, promotor de uma importante mudança no modo de vida que exige a insustentável pressão sobre a natureza. A expectativa de que mudaremos, coletivamente e de forma pacífica, a dinâmica social e econômica que tem promovido a exaustão da natureza e comprometido nossas condições de vida tem se mostrado como uma vã ilusão.



## Descompasso II

O segundo descompasso é: *o reconhecimento da insustentabilidade da lógica de crescimento constante que caracteriza o sistema econômico em que vivemos e ao mesmo tempo a exigência 'indiscutível' de que as economias nacionais precisam sempre crescer.*

É importante observar que a sociedade urbana-industrial contemporânea se constituiu baseada em um desencontro entre os interesses econômicos e a preservação da natureza. Uma das contradições do capitalismo diretamente ligada à questão ambiental é o fato de que tal sistema econômico promove o exaurimento da base material de sua própria reprodução, o que o torna insustentável. Sociedades tradicionais, fundadas em outros princípios econômicos não manifestam esse problema.

No interior da lógica do desenvolvimento econômico capitalista impõe-se o imperativo de crescimento constante. Isso é exigido pelo tal mercado financeiro internacional e suas agências, mas também por nós cidadãos que reivindicamos de nossos governos a expansão do mercado consumidor e da capacidade de consumo, a ampliação da produção, o 'aquecimento' do mercado, a geração de emprego, a melhoria das infraestruturas, a modernização dos territórios, etc., e tudo isso se baseia e dá continuidade ao projeto de exaustão da natureza transformada em recurso. Em praticamente todas as dinâmicas nacionais as demandas sobre os governos eleitos são de constante crescimento econômico e não há nenhuma evidência de que esse caminho de desenvolvimento insustentável será revisto em benefício da pauta ambiental.

No caso das economias em desenvolvimento ou subdesenvolvidas a pressão pelo crescimento é reforçada pela realidade de inúmeras carências e da pobreza que atinge parcela significativa da população, problemas que supostamente seriam superados pelo desenvolvimento da economia, mas que, na realidade, além de ampliar o consumo exaustivo da natureza, serve muitas vezes para acumular mais riqueza nas mãos dos poucos que dominam os meios de produção.

Toda essa dinâmica, além de estar calcada em um princípio que amplia as desigualdades, gera um descompasso entre o tempo da natureza e o tempo das sociedades humanas, e dessa forma temos o desencadeamento de uma série de problemas ambientais.



Uma maneira de equacionar esses problemas seria a tentativa de acoplar o tempo da sociedade no movimento de reprodução de sua base material de existência aos tempos da natureza. Isso ocorre, por exemplo, no interior do que conhecemos como sociedades tradicionais. A questão é que para realizar isso, essas sociedades organizam-se de forma muito mais igualitária e coletivamente abrem mão de uma série de confortos que consideramos necessários ao nosso modo de vida e sobre os quais geralmente não estamos dispostos a fazer o mesmo. Essa perspectiva de acoplamento dos tempos seria o caminho de uma sustentabilidade forte[2], onde o conhecimento sobre a natureza é acompanhado pelo respeito aos limites que ela apresenta e nesse sentido buscar-se-ia compor com as forças naturais. A questão é que isso impõe limites à ideia de crescimento constante e a todo custo, o que é praticamente inconcebível na atual estrutura econômica e social em que vivemos. O imperativo do crescimento econômico foi naturalizado e a natureza foi a ele submetida.

Em uma perspectiva de reflexão sobre diferentes organizações sociais e econômicas e sua necessidade de coexistência nesse mesmo e único planeta, questiona Ailton Krenak (2020, p. 51):

como reconhecer um lugar de contato entre esses mundos, que têm tanta origem comum, mas que se descolaram a ponto de termos hoje, num extremo, gente que precisa viver de um rio e, no outro, gente que consome rios como um recurso? A respeito dessa ideia de recurso que se atribui a uma montanha, a um rio, a uma floresta, em que lugar podemos descobrir um contato entre as nossas visões que nos tire desse estado de não reconhecimento uns dos outros?

O que temos conseguido, na melhor das hipóteses dessa possível coexistência entre diferentes visões sobre a natureza, tem sido a delimitação de pequenos territórios onde esses modos de vida alternativos possam existir em um estado de confinamento e exceção, tornando-se assim ilhas de experiências de um outro modo de ser e viver no/com o mundo, mas também liberando assim os demais espaços para a apropriação predatória visando o crescimento econômico ilimitado. E mesmo esses pequenos territórios delimitados de exceção vem sofrendo uma crescente pressão para serem incorporados à dinâmica de exploração exaustiva da natureza transformada em recurso. Entre idas e vindas as comunidades tradicionais vão sendo acuadas e seus territórios lentamente dilapidados.





---

Um dos campos de batalha entre mundos possíveis está no âmbito da criação de narrativas. Vivemos em um momento histórico em que há uma tecnocracia que desempenha um papel central tanto em defender uma suposta legitimidade dos desequilíbrios de renda e patrimônio, quanto na produção de narrativas que justificam as tragédias ambientais e sociais. Problematizando a dinâmica do presente, afirma Ladislau Dowbor (2020, p. 167): “o sistema atual se apoia na ‘tropa de choque’ dos ultrarricos, os operadores da máquina econômica e social: os economistas, advogados, gestores, informáticos, jornalistas, etc. que ocupam o topo da hierarquia dos processos decisórios e que mantém o sistema deformado de hoje”. A esse grupo podemos acrescentar engenheiros, agrônomos, geógrafos, urbanistas e arquitetos, entre outros, que no seu lugar de fala chancelada pela ciência colocam em ação um saber-poder a serviço de uma organização social centrada na suposta superioridade humana à revelia da natureza da qual faz parte. A narrativa da redução dessa a recurso natural disponível à satisfação dos anseios humanos de controle e subjugação de todas as demais espécies e forças da natureza tem nos feito aceitar com grande passividade o caminho destrutivo que está sendo trilhado.

Há entendimentos, mais ligados ao que podemos identificar como “*mainstream*”, que consideram haver uma compatibilidade entre sustentabilidade e crescimento econômico. Nessa perspectiva o aumento do PIB tornaria mais possível aumentar a proteção ao meio ambiente por meio do desenvolvimento tecnológico, proporcionando novos materiais e novas cadeias produtivas que se configurariam como novas oportunidades de negócios, seguindo na perspectiva de mudar para que tudo continue como está, o que não nos leva a crer que seja algo razoável diante do desafio que se apresenta de forma cada vez mais evidente. O que esse caminho nos sugere é ser uma forma de tentar ganhar tempo e estender ao máximo as possibilidades de acumulação capitalista. Podemos até considerar que novas tecnologias e processos possam ser interessantes, mas é fundamental entendermos que o problema que se impõe trata-se de uma questão de paradigma e não simplesmente de tecnologia.

Numa espécie de disputa de narrativas na perspectiva ambiental, alguns pensadores e diferentes grupos buscam dar espaço a ideias que sejam alternativas ao modelo de crescimento incessante, pois de fato essa é a base de grande parte dos problemas a serem enfrentados. Nessa linha



---

identifica-se uma incompatibilidade entre sustentabilidade e crescimento da economia e, portanto, considera-se que uma real sustentabilidade só seria possível por meio da ideia de um ‘decrecimento’ econômico. Pouco desenvolvido, tal termo se refere a uma alternativa à chave binária delimitada pela ideia de crescimento ou declínio, pois nessa ficamos reféns de uma escolha entre o uso exaustivo e predatório da natureza ou uma inevitável e turbulenta crise econômica e social. A proposta de “decrecimento” parece ser a tentativa de trilhar um novo caminho baseado numa mudança de paradigma econômico, talvez possível por meio de uma redistribuição da riqueza produzida e limitação da ânsia pela acumulação. Mas sejamos realistas, superar a grade de compreensão e funcionamento econômico restrita às noções de crescimento ou declínio não parece estar em um horizonte que nos torne capazes de dar uma resposta satisfatória em tempo hábil diante do desafio ambiental que se apresenta. Talvez apenas o colapso, mais uma vez, seja a força capaz de promover tal nível de mudança.

### **Descompasso III**

O terceiro e último descompasso a ser tratado aqui é: *o reconhecimento da legitimidade e soberania da governança estatal sobre seu território e a dinâmica global do sistema econômico e dos problemas ambientais a serem enfrentados.*

Do ponto de vista político o mundo é organizado por poderes em escala nacional ao mesmo tempo em que temos que lidar cada vez mais com desafios que se apresentam em escala global. A questão ambiental é um grande exemplo da necessidade de articulação dessas duas escalas. Por um lado, temos os Estados que reconhecidamente têm o poder de exercer a soberania sobre seus territórios, por outro, a dinâmica econômica e conseqüentemente a relação com a natureza que se estabelece no interior desses territórios em grande medida impacta todo o globo. Esse desencontro exige uma articulação e encaminhamentos de caráter supranacional, o que tenta ser constituído por meio de organismos internacionais e do estabelecimento de convenções que visam tratar dos interesses que poderíamos identificar como mundiais. De acordo com Wagner Ribeiro (2010, p. 75) “as convenções



---

buscam regular a ação humana em escala internacional; propor novas maneiras de gestão ambiental combinando interesses nacionais e internacionais”.

Nessa linha podemos identificar um movimento de institucionalização de uma ordem ambiental internacional por meio de inúmeros acordos multilaterais, os quais, segundo Wagner Ribeiro (2010) tratam-se de uma série de instrumentos de gestão que visam salvaguardar as condições ambientais na Terra, configurando-se como uma tentativa de lidar com as questões supranacionais pela via diplomática. Reconhecemos que por essa via há avanços que não devem ser desconsiderados, mas também observamos que o tempo da degradação ambiental e seus efeitos está nitidamente mais acelerado do que o tempo das negociações em escala internacional. Negar essa via seria uma forma de abrimos mão de qualquer tentativa de encaminharmos soluções para os problemas que são de escala supranacional, significando, portanto, assumirmos deliberadamente que caminharemos para o abismo. Claro que também sempre há a possibilidade de se enfrentar as questões internacionais pela via militar, mas isso significaria trilhar um caminho que certamente geraria inúmeros outros problemas. Portanto, podemos considerar que a via diplomática é o melhor que temos, mas precisamos reconhecer também que a mesma tem se mostrado insuficiente diante do tamanho do desafio posto no presente. Essa insuficiência ficou evidente na fala do Secretário Geral da ONU, citada no início desse texto, que de forma contundente expôs o descompasso entre o tempo das negociações internacionais e o tempo do colapso ambiental em curso.

A configuração da geopolítica mundial baseada em interesses nacionais muitas vezes se apresenta em desacordo aos desafios de caráter internacional. Esses desacordos foram apresentados por Luis Fernández Carril (2015) ao expor aspectos considerados como intratáveis, os quais passam por questões de ordem cultural, histórica e econômica e se articulam nas intermináveis disputas por hegemonias. A necessidade de constituição de uma governança global vem se mostrando cada vez mais evidente, mas o que se vê são os Estados nação atuando em escala internacional na defesa de seus interesses nacionais e não pautados por um princípio supranacional. Entre outros motivos isso ocorre pois no âmbito interno os governos nacionais precisam responder a imperativos e pressões que exigem um certo desempenho econômico baseado na premissa do crescimento incessante e isso pauta sua conduta em escala internacional.



---

Quando se trata da questão da correlação de forças no âmbito nacional é importante compreender que em maior ou menor grau o que se apresenta como interesses nacionais é ditado por tecnocracias instaladas no comando dos Estados que impõem uma visão de desenvolvimento baseado no crescimento econômico sustentado pelo estímulo incessante ao consumo, daí por exemplo a justificativa e aceitação quase irrestrita da intensa produção de commodities que se impõe de forma predatória a vastas regiões do mundo. Essa tecnocracia nacional tem como função realizar a articulação entre os indivíduos, no plano interno, e os operadores da economia global, no plano externo. Indivíduos que anseiam pelo consumo e operadores da economia global que visam a supervalorização do capital se configuram em duas escalas que se complementam na demanda por exploração da natureza de forma exaustiva, tornando a escala nacional uma representante desses interesses e esvaziando a possibilidade de uma governança global que imponha limites à deterioração das condições de vida no planeta.

O que se observa é que construímos uma correlação de forças entre diferentes escalas que funciona como uma engrenagem articulada e poderosa, capaz de fazer coexistir discursos e boas intenções em relação à natureza com a exigência e operação de sua exaustiva dilapidação. Nesse sentido, essa correlação de forças parece que só será mudada pelo reconhecimento do que de fato está em jogo e, ao que tudo indica, esse reconhecimento se dará apenas por meio do colapso ambiental.

### **Consideração final**

No entanto, diante da insistente constatação perturbadora presente nesse texto a respeito do vislumbre do colapso ambiental como inevitável frente à dinâmica do mundo que criamos e damos continuidade cotidianamente, lembremos o que nos sugere Ailton Krenak (2020, p. 60) sobre o assunto: “o fim do mundo talvez seja uma breve interrupção de um estado de prazer extasiante que a gente não quer perder”. Ao que tudo indica, precisaremos passar por essa ‘breve interrupção’ para superarmos os descompassos aqui apontados e assim, quem sabe, podermos reorganizar a casa.



---

## Bibliografia

CARRIL, Luis Fernández. La intratabilidad ideológica en la política internacional del cambio climático. Andamios. - **Revista de Investigación Social**. Cidade do México. Volume 12, número 29, setembro-dezembro, 2015, p. 49-71. Disponível em: <<https://andamios.uacm.edu.mx/index.php/andamios/issue/view/3>>

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Edições Sesc, 2020.

GUTERREZ, Antônio. **discurso na 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas**, Egito, 2022. In: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-27/noticia/2022/11/07/estamos-no-caminho-para-o-inferno-climatico-alerta-guterres-na-cop-27.ghtml>>

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. Ecología política del extractivismo y justicia socio-ambiental. **Inter Disciplina**. Cidade do México. Volume 3, número 7, set. 2015. Disponível em: <<http://revistas.unam.mx/index.php/inter/article/view/52384>>

\_\_\_\_\_. Justiça ambiental e decrescimento econômico: uma aliança entre dois movimentos. **Capitalismo, Natureza e Socialismo**, Simpósio de decrescimento, volume 23, 2012. p. 51-73.

RIBEIRO, Wagner. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, Volume 24, número 68, 2010. p. 69-80. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/Mw6KgV5tKdQkwktvYpkN4jm/?lang=pt>>

*Recebido em: 15/10/2023*

*Aceito em: 15/11/2023*

---



---

[2] Sustentabilidade entendida como uma economia cujo metabolismo social não transgrida, não ultrapasse, os limites biogeoquímicos do planeta. E metabolismo social entendido como fluxos de energia e matérias ligados à extração, transporte, tecnologias aplicadas e disposição de resíduos. (Joan Martínez Alier, 2015)